

CARTA DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS

Mil novecentos e noventa e cinco é um ano muito importante para toda a População Negra Brasileira. Estamos há 300 anos do assassinato do líder guerreiro **ZUMBI**, e há 400 anos do início da construção do **QUILOMBO DE PALMARES**. Estas são referências dignificantes da nossa história da população negra, marcada pela coragem, resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: **TERRA, LIBERDADE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E IGUALDADE NO EXERCÍCIO DE DIREITOS**.

Ao longo de sua trajetória neste país, a população negra foi vítima de uma elite racista que buscou ser detentora de sua liberdade e tornar-se proprietária das **TERRAS** daqueles que nelas efetivamente moram e trabalham: **NEGROS, ÍNDIOS e excluídos** em geral. Através da injustiça e da manipulação, concentrou-se grandes extensões de terras em mãos de meia dúzia de privilegiados e relegaram às favelas e palafitas milhões de deserdados da nação. Neste processo, centenas de povos Indígenas e Quilombolas foram dizimados a ferro e fogo. Contudo, apesar de negados pela história oficial, os Quilombos existiram em todo o País, tendo construído um marco da resistência da população negra contra a opressão.

Atualmente, tentam apagar do mapa brasileiro os territórios das Comunidades Negras Remanescentes de Quilombos - as chamadas "**Terras de Preto**" ou Quilombos e Mocambos Contemporâneos. Trata-se de uma população que sofre a opressão de latifundiários, empresas mineradoras, madeireiras, e que luta para fazer valer o direito de viver na terra conquistada pelos seus antepassados quilombolas.

A existência e os direitos de centenas de Comunidades Negras Rurais descendentes dos quilombos, localizadas nas mais diversas regiões do País, são negados pelo Estado. Apesar de Constituir um direito reconhecido pela Constituição Brasileira, até hoje nenhuma comunidade negra remanescente de quilombo recebeu o título coletivo de propriedade de suas terras seculares.

A sociedade brasileira tem uma dívida de 500 anos com a população Afro-Brasileira. É inadmissível que o Estado persista em sua omissão, desconhecendo o seu dever de fazer valer a lei e garantir aos remanescentes de quilombos a titulação de suas terras.

Diante desta realidade, nós participantes do **IV Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão**, evento que reuniu, em abril de 1995, representantes de Comunidades Negras Rurais, do Movimento Negro e de Entidades da Sociedade Civil de 9 (nove) Estados Brasileiros, vimos propor que a ocupação livre e produtiva da terra, um dos pilares da epopéia Palmarina, seja resgatada no **Tricentenário de Zumbi dos Palmares**. Isto significa lutar intransigentemente pela conquista definitiva dos títulos de propriedade das terras ocupadas pelos quilombolas.

Os 300 Anos da Imortalidade de **Zumbi de Palmares** devem ser celebrados com a titulação imediata das terras ocupadas pelos descendentes dos quilombos, cumprindo-se a Constituição Federal e resgatando-se uma dívida com a População Afro-Brasileira.

**300 ANOS DE ZUMBI DOS PALMARES: TERRA PARA OS QUILOMBOLAS
 QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS: A LUTA PELA CIDADANIA
 1995 - ANO NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA**